

Renato Stanzola Vieira

CONTROLE DA PROVA PENAL

Obtenção e Admissibilidade

Prefácio

GUSTAVO BADARÓ

Apresentação

GERALDO PRADO

2ª edição revista, atualizada e ampliada

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Aline Pavanelli, Ana Carolina Francisco e Francisco Prado

Produção Editorial e Equipe de Conteúdo Digital

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Especialistas Editoriais: Emanuel Silva, Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analistas de Operações Editoriais: Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial e ProView: Ana Paula Cavalcanti, Gabriel George Martins, Gabriela Cavalcante Lino, Maria Cristina Lopes Araujo, Rodrigo Araujo e Victória Menezes Pereira

Estagiárias: Michelle Kwan e Thabata Flausino de Almeida

Capa: Lucas Kfourri

Adaptação capa: Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Lider de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Visual Law: Ana Paula Cavalcanti, Bárbara Baraldi, Carina Baptista, Leticia Macario e Thais Pereira

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Vieira, Renato Stanziola
Controle da prova penal : obtenção e admissibilidade / Renato Stanziola
Vieira. --2. ed. rev. atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2023.

Bibliografia.
ISBN 978-65-260-0192-9

1. Direito processual penal 2. Direito processual penal - Brasil 3. Prova (Direito) I. Título.

23-150096

CDU-343.1(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual penal 343.1(81)
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	11
NOTA DO AUTOR À SEGUNDA EDIÇÃO	19
O NECESSÁRIO GIRO METODOLÓGICO: A TÍTULO DE APRESENTAÇÃO	21
INTRODUÇÃO	29
1. O DIREITO À PROVA NO PROCESSO PENAL: ASPECTOS FUNDAMENTAIS	33
1.1. O estudo das regras de obtenção e admissibilidade da prova penal	33
1.2. O ponto de partida: epistemologia judiciária e controle da produção da prova penal	35
1.3. A epistemologia e a presença das regras probatórias	41
1.4. A delimitação probatória e a escolha político-criminal	48
1.4.1. O dualismo de Herbert Packer	53
1.4.2. O dualismo de Mirjan Damaška	54
1.5. Distinções do direito à prova no <i>common law</i> e no <i>civil law</i>	58
1.5.1. O direito à prova no sistema do <i>common law</i>	58
1.5.2. O direito à prova no sistema do <i>civil law</i>	63
1.6. <i>Exclusionary rules</i> e proibições probatórias	67
1.6.1. As <i>exclusionary rules</i>	67
1.6.2. As proibições probatórias	70
1.6.3. Convergências atuais entre as <i>exclusionary rules</i> e as proibições probatórias	74
2. O DIREITO À PROVA E A OBSERVÂNCIA DE PROCEDIMENTO PROBATÓRIO	83
2.1. O procedimento probatório	83

2.2.	Fases do procedimento probatório no processo penal brasileiro.....	85
2.2.1.	Os quatro momentos procedimentais: proposição, admissão, produção e valoração.....	86
2.2.1.1.	O momento da proposição	87
2.2.1.2.	O momento da admissão	88
2.2.1.3.	O momento da produção.....	91
2.2.1.4.	O momento da valoração	92
2.2.2.	Especificidade: o direito à investigação no processo penal brasileiro	93
2.3.	Peculiaridades do sistema processual penal italiano: momentos da admissão e aquisição ou assunção	96
2.4.	Direito limitado à admissibilidade dos meios de prova	104
2.4.1.	Os controles formal e lógico da admissibilidade da produção probatória	107
2.4.2.	O tratamento das proibições probatórias no Brasil a partir de 1988	113
3.	O DIREITO À PROVA E O LÉXICO DAS PROVAS.....	117
3.1.	A expressão “prova”.....	118
3.2.	Fonte, meio, elemento, objeto e resultado de prova.....	121
3.3.	A distinção entre os meios de prova e os meios de pesquisa de prova.....	126
3.3.1.	Do “Projeto Carnelutti” às “relazioni al progetto preliminare”	127
3.3.2.	A distinção entre meios de prova e meios de pesquisa de prova no <i>Progetto Preliminare</i> , de 1978, nas <i>relazioni</i> e no <i>Codice di Procedura Penale</i> , de 1988	129
3.3.3.	A difusão da separação conceitual: Portugal e Brasil.....	136
3.3.4.	Crítica à categoria dos meios de pesquisa de prova.....	141
3.4.	Atos de investigação e atos de prova	146
3.5.	Atos de produção probatória irrepitível, cautelar e antecipada.....	149
3.5.1.	Atos de produção probatória irrepitível	150
3.5.2.	Atos de produção probatória cautelar.....	152
3.5.3.	Atos de produção probatória antecipada	153
3.6.	Provas pré-constituídas e provas constituendas.....	156
3.7.	Provas típicas, atípicas, anômalas e irrituais	159
4.	VARIAÇÕES ESTRUTURAIS NA PRODUÇÃO PROBATÓRIA.....	163
4.1.	Delimitação do capítulo.....	163
4.2.	A estrutura do <i>Codice di Procedura Penale</i> , de 1988.....	164

4.2.1.	A audiência preliminar	167
4.2.2.	O incidente probatório	170
4.3.	A estrutura do processo penal latino-americano reformado	172
4.3.1.	O Código de Processo Penal do Chile, de 2000	179
4.3.1.1.	A fase de investigação	180
4.3.1.2.	A fase intermediária	185
4.3.1.3.	A fase oral	186
4.3.2.	O Código de Processo Penal do Uruguai, vigente a partir de 2017	186
4.3.2.1.	A investigação preliminar (indagatória preliminar) ...	188
4.3.2.2.	A fase de controle da acusação	191
4.4.	Ainda o Código Modelo para Ibero-América: o que ficou para trás	193
5.	O CONTROLE DE ADMISSIBILIDADE DE ELEMENTOS DE INFORMAÇÃO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO	197
5.1.	A decisão de pronúncia no Código de Processo Criminal, de 1832	197
5.2.	O recebimento da denúncia, originariamente, no Código de 1941	202
5.3.	Movimentos reformistas até o advento do PL 4.207/2001	204
5.4.	A tramitação do PL 4.207/2001 e o advento da Lei 11.719/2008	210
5.5.	Síntese da evolução histórica com considerações sobre o PL 8.045/2010	213
6.	CONTROLE NA OBTENÇÃO E ADMISSIBILIDADE DE ELEMENTOS DE PROVA NA DINÂMICA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRA	219
6.1.	O Juiz de Garantias e o filtro de admissibilidade probatória	220
6.1.1.	A figura do Juiz de Garantias em ordenamentos processuais contíguos	221
6.1.2.	O Juiz de Garantias no Brasil	223
6.2.	A extensão da competência do Juiz de Garantias	228
6.3.	A audiência de controle da admissibilidade dos elementos de informação	238
6.3.1.	O controle da admissibilidade de elementos de informação em países contíguos	241
6.3.1.1.	O modelo chileno	241
6.3.1.2.	O modelo uruguaio	244
6.3.1.3.	O modelo colombiano	244
6.3.1.4.	O modelo peruano	245
6.3.2.	Parâmetros da audiência de controle da admissibilidade dos elementos de informação	246
6.3.2.1.	O controle sob o plano formal	250
6.3.2.2.	O controle sob o plano lógico	251

6.4.	O controle de admissibilidade dos elementos de informação pré-constituídos	254
6.5.	O controle de admissibilidade de elementos de informação de natureza cautelar, irrepetível e antecipada	256
6.6.	O controle da admissibilidade da produção de técnicas ocultas de investigação	262
6.6.1.	O controle da admissibilidade da produção de técnicas ocultas de investigação: a autorização prévia.....	264
6.6.2.	O controle da admissibilidade da produção de técnicas ocultas de investigação: a análise do resultado	267
7.	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA	271
	Proposta de alteração legislativa.....	271
	CONCLUSÕES	279
	REFERÊNCIAS	287